

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Alesp



Decisão contra Nunes foi tomada por unanimidade

Justiça anula decreto de Nunes sobre ruídos em obras de SP

O Tribunal de Justiça de SP declarou inconstitucional o decreto municipal que flexibilizava os limites de ruído em obras de construção civil na capital paulista. A decisão foi tomada por unanimidade pelo Órgão Especial da Corte, que entendeu que a norma editada pela gestão do prefeito Ricardo Nunes ultrapassava os parâmetros estabelecidos pela legislação federal. O decreto, em vigor desde 2021, autorizava níveis sonoros superiores aos previstos em normas nacionais para atividades de construção. Na avaliação dos desembargadores, o município não poderia estabelecer regras que contrariassem limites definidos por legislação de alcance federal. O julgamento ocorreu após ação apresentada pelo Ministério Público.

Câmara recebe Virada Feminina

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo recebeu um encontro promovido pela Virada Feminina Internacional. Com apoio da vereadora Dra. Sandra Tadeu (PL), a iniciativa reuniu dezenas de pessoas, como lideranças, autoridades e representantes da sociedade civil organizada. O objetivo do encontro foi discutir ações voltadas à autonomia feminina, ao empreendedorismo e, também, ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Iniciativa homenageou representante do Rotaract 4563

Câmara recebe Rotaract Club

A Câmara de SP sediou uma solenidade em celebração ao Dia do Rotaract Clube. Proposta pela vereadora Sandra Santana (MDB), a iniciativa homenageou a representante distrital do Rotaract do Distrito 4563, Fernanda Irapoan. O Rotaract é um programa patrocinado pelo Rotary International que reúne jovens a partir de 18 anos com o objetivo de desenvolver habilidades de liderança, ampliar redes de relacionamento e promover transformações sociais nas comunidades de atuação. Os clubes do Rotaract realizam ações voluntárias em várias áreas.

Grupo de 300 ciclistas na Câmara

Mais de 300 ciclistas participaram do 1º "Grande Encontro de Grupos de Pedal" da cidade de São Paulo. A ação aconteceu na Câmara Municipal. O evento reuniu representantes de coletivos da capital e da Região Metropolitana. Durante o encontro, foi realizado o lançamento do Mapa Interativo dos Grupos de Pedal. A iniciativa debateu temas para fortalecer o uso da bicicleta.

Política Urbana

Na próxima quarta-feira (17), a partir das 12h30, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo irá discutir 14 PLs (Projetos de Lei) em audiência pública. Na lista há propostas relacionadas à limpeza urbana, edificações e regularização fundiária e infraestrutura urbana.

Direitos Humanos

A Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 10h30 às 11h30, na Sala Tiradentes, no 8º andar do Legislativo paulistano. A atividade será conduzida pela vereadora Luna Zarattini (PT).

Orçamento

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 10h30 às 11h. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pelo vereador João Ananias (PT), presidente do colegiado.

Segurança Pública

A Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de SP realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 12h30 às 14h, no Auditório Prestes Maia, localizado no 1º andar da Casa. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pela vereadora Amanda Vettorazzo (União Brasil).

Plenária da Câmara

A Câmara de São Paulo realiza sessão ordinária nesta terça-feira (16), a partir das 15h. Após o encerramento dos trabalhos, poderão ser realizadas sessões extraordinárias para apreciação de matérias em pauta. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pela Presidência da Casa.

CPI do Jockey

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura questões relacionadas ao Jockey Club de SP realiza reunião ordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 13h às 15h. A atividade integra a agenda oficial da Câmara Municipal de São Paulo e será conduzida pelo vereador Gilberto Nascimento (PL).



Processos poderão ser retomados após cumprir regras

Regras para transferência de táxis são definidas

Portaria estabelece critérios para mudança de titularidade em SP

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo publicou uma portaria que regulamenta os pedidos de transferência dos alvarás de estacionamento de táxis na capital. A medida estabelece os critérios que deverão ser observados pelos interessados em assumir a titularidade das permissões, procedimento que havia permanecido suspenso desde abril de 2025 por determinação judicial.

As novas regras foram elaboradas após análises técnicas e jurídicas realizadas pela administração municipal para adequação à legislação federal que voltou a permitir a transferência desses alvarás. Com a regulamentação, os processos poderão ser retomados mediante o cumprimento das exigências previstas pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT).

De acordo com a portaria, a transferência poderá ocorrer tanto para terceiros quanto para sucessores legais em casos de falecimento do titular. Em ambas as situações, o novo responsável deverá atender aos requisitos exigidos para a concessão original da autorização.

Entre as condições previstas está a necessidade de possuir cadastro ativo no Condutox, documento obrigatório para condutores de táxi na cidade, além de apresentar Carteira Nacional de Habilitação com observação de exercício de atividade remunerada. Também será necessário utilizar veículo homologado pelo Departamento de Transportes

Públicos (DTP) para a categoria correspondente ao alvará solicitado.

A regulamentação determina ainda que características específicas vinculadas ao alvará original deverão ser preservadas. Dessa forma, permissões concedidas para mulheres, pessoas com deficiência ou categorias especiais só poderão ser transferidas para interessados que atendam às mesmas condições exigidas na emissão inicial.

Nos casos de falecimento do titular, o pedido deverá ser protocolado pelo inventariante ou por um dos sucessores legais em até um ano após a morte. Enquanto o processo de inventário não for concluído, poderá ser indicado um responsável temporário para exercer os direitos relacionados ao alvará, incluindo a atuação como motorista/preposto.

Outra regra prevê que o ponto de estacionamento vinculado ao táxi poderá ser transferido juntamente com o alvará. Para isso, será necessário comprovar que o ponto está associado à autorização há pelo menos dois anos, além de demonstrar que o titular permanece em situação regular perante o sistema municipal de transporte.

Os pedidos deverão ser encaminhados ao Departamento de Transportes Públicos, responsável por definir os procedimentos administrativos, a documentação necessária e as etapas para análise das solicitações. Segundo a Prefeitura, a regulamentação busca dar segurança jurídica aos processos e estabelecer critérios para futuras transferências.